Arte | Educação | Performance
Filosofia | História | Interdisciplinar | Linguística | Literatura

Volume 2026
ISSN 2319-0868

EM MEIO À PERTURBAÇÃO, COMO HABITAR RUÍNAS? DESLOCAMENTOS, DESCONSTRUÇÕES E PENSAMENTOS AMBIENTAIS E SUSTENTÁVEIS

IN THE MIDST OF DISTURBANCE, HOW TO INHABIT RUINS? DISPLACEMENTS, DECONSTRUCTIONS, AND ENVIRONMENTAL/SUSTAINABLE THOUGHTS

¿CÓMO HABITAR RUINAS EN MEDIO DE LA PERTURBACIÓN? DESPLAZAMIENTOS, DECONSTRUCCIONES Y PENSAMIENTOS AMBIENTALES Y SOSTENIBLES

Jésica Hencke
Secretaria de Educação, Porto Alegre/RS, Brasil

Paula Corrêa Henning
Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS, Brasil

Resumo

O presente estudo, de natureza qualitativa e documental, integra uma investigação em nível de doutorado e analisa as estratégias pedagógico-ambientais presentes no livro didático *Se Liga na Arte* (6º ano do Ensino Fundamental), especificamente no Capítulo 1, *Onde está a arte na vida?*. O corpus limita-se à análise interpretativa desse tomo único e de quatro propostas artísticas nele apresentadas, tensionadas a partir do conceito de "viver nas ruínas", de Anna Tsing. A análise fundamenta-se em cinco eixos analíticos: antropocentrismo, corresponsabilidade individual, dicotomia cidade/natureza, presença multiespécie e função pedagógica da imagem. Questionam-se o viés antropocêntrico e a lógica da corresponsabilidade individual, que reduzem a Educação Ambiental a um instrumento do desenvolvimento sustentável. Os resultados indicam que, enquanto o discurso didático tende a normalizar a paisagem como mero suporte para a ação humana, as obras de arte operam como fendas que revelam a vitalidade das relações multiespécies. A pesquisa evidencia a relevância de mobilizar outras estratégias de estudo e pensamento que tornem a Educação Ambiental um fluxo de investigação crítica, capaz de romper com as certezas do Antropoceno. Conclui-se que habitar as ruínas do Antropoceno exige uma prática educativa que abandone verdades universais, apostando na instabilidade, na multiplicidade e na potência estética para forjar novos modos de existência e de cuidado ético-político.

Palavras-chave: Educação ambiental; Sustentabilidade; Arte; Livros didáticos; Ruínas.

Abstract

This study, of a qualitative and documentary nature, is part of a doctoral-level investigation and analyzes the pedagogical-environmental strategies present in the

HENCKE, Jésica; HENNING, Paula Corrêa. EM MEIO À PERTURBAÇÃO, COMO HABITAR RUÍNAS? DESLOCAMENTOS, DESCONSTRUÇÕES E PENSAMENTOS AMBIENTAIS E SUSTENTÁVEIS. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 68, e1973, Ano 2026.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

textbook "Se Liga na Arte" (6th grade of Elementary School), specifically in Chapter 1 ("Where is art in life?"). The corpus is limited to the interpretive analysis of this single volume and four artistic proposals presented within it, examined through the lens of Anna Tsing's concept of "living in the ruins." The analysis is based on five analytical axes: anthropocentrism, individual co-responsibility, city/nature dichotomy, multi-species presence, and the pedagogical function of imagery. The anthropocentric bias and the logic of individual co-responsibility, which reduce Environmental Education to an instrument of sustainable development, are questioned. The results indicate that, while didactic discourse tends to normalize the landscape as mere support for human action, works of art operate as fissures that reveal the vitality of multi-species relationships. The research highlights the relevance of mobilizing other study and thought strategies that make Environmental Education a flow of critical investigation, capable of breaking with the certainties of the Anthropocene. It is concluded that inhabiting the ruins of the Anthropocene requires an educational practice that abandons universal truths, betting on instability, multiplicity, and aesthetic power to forge new modes of existence and of ethical-political care.

Keywords: Environmental education; Sustainability; Art; Textbooks; Ruins.

Resumen

El presente estudio, de naturaleza cualitativa y documental, forma parte de una investigación doctoral y analiza las estrategias pedagógico-ambientales presentes en el libro de texto *Se Liga na Arte*, destinado al sexto año de la Educación Primaria (Ensino Fundamental), específicamente en el capítulo 1 («¿Dónde está el arte en la vida?»). El corpus se limita al análisis interpretativo de este único volumen y de cuatro propuestas artísticas allí presentadas, puestas en tensión a partir del concepto de «vivir en las ruinas» de Anna Tsing. El análisis se fundamenta en cinco ejes analíticos: antropocentrismo, corresponsabilidad individual, dicotomía ciudad/naturaleza, presencia multiespecie y función pedagógica de la imagen. Se cuestionan el sesgo antropocéntrico y la lógica de la corresponsabilidad individual, que reducen la Educación Ambiental a un instrumento del desarrollo sostenible. Los resultados indican que, mientras el discurso didáctico tiende a normalizar el paisaje como mero soporte de la acción humana, las obras de arte operan como fisuras que revelan la vitalidad de las relaciones multiespecie. La investigación pone de relieve la importancia de movilizar otras estrategias de estudio y pensamiento que conviertan la Educación Ambiental en un flujo de investigación crítica, capaz de romper con las certezas del Antropoceno. Se concluye que habitar las ruinas del Antropoceno exige una práctica educativa que abandone las verdades universales y apueste por la inestabilidad, la multiplicidad y la potencia estética para forjar nuevos modos de existencia y de cuidado ético-político.

Palabras clave: Educación ambiental; Sostenibilidad; Arte; Libros didácticos; Ruinas.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Introdução

Perturbar, desestabilizar, desestruturar: o que seria necessário para construir uma arte ambiental de habitabilidade mais-que-humana? Ao seguir o convite de Anna Tsing (2019), em *Viver nas Ruínas*, somos convocados a ocupar os escombros de nosso tempo, um gesto que vai além da mera sobrevivência, configurando-se como um ato de viver junto e de recusar a ferocidade neoliberal que gerencia subjetividades precárias (Carvalho, 2020). Habitar, nesse horizonte, é recuperar a capacidade de criar mundos mesmo nos espaços mais degradados da Terra, transmutando a paralisia do desastre em fôlego de coabitação.

Para desenvolver o mutualismo necessário à vida, Tsing revoga o delírio da autonomia moderna, que converte o planeta em recurso e lucro. Reconhecer que "jamais fomos indivíduos" exige aceitar nossa codependência radical: somos ecossistemas em si, habitados por bactérias e microrganismos que processam a vida em nossos próprios corpos.

Na cadência desses escritos, parece difícil conceber as ruínas como jardins. No entanto, somos efeito e consequência da radioatividade de explosões como Chernobyl e Fukushima, da emissão contínua de dióxido de carbono, das toneladas de plástico produzidas a cada segundo e da crise hídrica que assola seres humanos e mais-que-humanos. Nossa existência está vinculada a paisagens arrasadas.

Nesse cenário, urge demover a paisagem do papel de mero pano de fundo para forjá-la como protagonista de "habitabilidades mútuas". Para nós, educadoras, essa transição exige desterritorializar os discursos didático-pedagógicos e as artimanhas que reduzem o campo ambiental ao desenvolvimento sustentável capitalista. Neste artigo, o objetivo é tensionar outras formas de olhar o campo escolar, a sustentabilidade e a potência de habitar ruínas. Para tanto, analisamos fragmentos do livro didático *Se Liga na Arte*, tomo do sexto ano do Ensino Fundamental, aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD, 2020) (Coutinho et al., 2018). Optamos por analisar um único tomo para evidenciar, com completude, a potência pedagógica do material em relação ao pensamento ambiental. A sequência de atividades desafia-nos a pensar a arte

Volume 2026
ISSN 2319-0868

ambiental vinculada às relações multiespécies, partindo da questão: "Onde está a arte na vida?". Para embrenharmo-nos por essa seara didática, desafiamo-nos a olhar cada obra atravessada por um eixo analítico que expressa o movimento de problematizar a arte, a natureza e as certezas ambientais; dessa maneira, deixamos o fluxo investigativo deslizar por distintos pensamentos.

Ao observar as imagens propostas, como as de JR, elegemos como eixos analíticos o antropocentrismo e a função pedagógica da imagem. Na proposta do grupo Zumb.boys, percorremos o campo da corresponsabilidade individual, que frequentemente obstaculiza o pensamento coletivo e a análise em uma esfera sociopolítica mais ampla. Já a obra de Jorge Selarón revela como premissa o antropocentrismo ao focar no ir e vir humano, desconsiderando os limites e as potências de uma existência que valoriza a vida em sua multiplicidade de espécies. Por sua vez, a análise da obra de René Magritte problematiza a dicotomia entre cidade e natureza. Diante dessas imagens e propostas didáticas, questionamo-nos sobre o que há de ambiental em suas formas, cores, provocações e vivências.

A arte, campo imagético e dinâmico, faz o pensamento flutuar. Nessa imensidão sem solo firme, o desejo é criar narrativas que permitam vivenciar os dilemas ambientais para além das normas. Apropriamo-nos, assim, do conceito de ruína (Tsing, 2018; 2019) como um lugar onde os dogmas estão suspensos. Percorrê-la exige atenção e desconfiança; é colocar-se em risco entre escombros.

Habitar as ruínas do agora não é um desejo de restaurar velhas verdades ou eternizar modelos seguros de Educação Ambiental; é o desafio árduo de aceitar o instável e o provisório como matéria-prima da criação. Percorrer os escombros exige atenção e desconfiança, mas também uma sensibilidade artística capaz de ver beleza no fragmento e potência no encontro fortuito entre o corpo, o azulejo, a tela e a rua. Entre o olhar artístico e a proposta pedagógica, forjamos uma ética do cuidado que não teme o risco, apostando na mutualidade como a única via possível para inventar novas formas de existir em um mundo arrasado.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Provocações: sustentabilidade, educação ambiental e ruínas

A ambiguidade conceitual do termo “sustentabilidade” não é uma falha, mas um sintoma de sua natureza como acontecimento. De um lado, ela se manifesta como uma potência de diferenciação: uma reinvenção do espaço que promove múltiplas habitabilidades interespécies e fluxos de "ressurgência multiespécie" (Tsing, 2018). Aqui, a vida não é uma unidade estável, mas um trabalho cooperativo e horizontal entre organismos que fazem brotar o novo sob as ruínas, afirmando a ética do vivo em sua variação infinita.

Contudo, essa mesma palavra é atravessada por linhas de captura do pensamento representativo moderno. Nessa dobra, a sustentabilidade é reduzida a um simulacro: a natureza é codificada como território passivo e o planeta como um reservatório de recursos infinitos. Essa visão não é apenas o "oposto" da primeira, mas uma tentativa de domesticar o devir-natureza, submetendo os ciclos intensivos da Terra à métrica extensiva da racionalidade econômica. Mais do que uma dicotomia entre dois conceitos, o que se observa é uma tensão entre uma sustentabilidade-estatizada, servil ao desenvolvimento, e uma sustentabilidade-nômade, que busca a criação de ecologias sempre singulares e heterogêneas.

Extinção e sobrevivência, poluição e adaptação, demolição e reconstrução não são meras dualidades, mas fluxos de intensidade que coexistem sob a égide do desenvolvimento sustentável. Diante desse cenário, cabe questionar: a lógica da sustentabilidade opera como uma máquina de captura que tenta organizar e codificar os destroços para a manutenção do *status quo*, ou pode funcionar como uma linha de fuga, capaz de disparar o revigoramento ambiental por meio de múltiplas e imprevistas conexões? Afinal, os tempos atuais e sua efervescência ambiental giram em torno de questões sobre o clima, as devastações, os modos de vida humanos e mais-que-humanos, a tecnociência, a expropriação e a exploração dos recursos naturais. Nessa confluência de fatores, como as interferências humanas deixam marcas na Terra? Quais vestígios ambientais nos impulsionam a uma visão desenvolvimentista como projeto sustentável?

É justamente nesse contexto dinâmico, imbricado em relações de interdependência, que nos questionamos acerca do modelo de sustentabilidade a

Volume 2026
ISSN 2319-0868

que visamos. Trata-se de uma sustentabilidade capitalista que mantém o modelo social-consumista? De uma sustentabilidade cultural que assume o desafio da diferença como mecanismo de transformação social? Ou de uma sustentabilidade pensada como campo ambiental desvinculado do desenvolvimento? Compreende-se, assim, que a lógica da sustentabilidade, associada ao desenvolvimento, envolve não apenas a esfera local em que produzimos e exploramos nosso meio, mas também nossa própria constituição social, as pessoas com quem convivemos, os mercados em que atuamos e o mundo em sua dinâmica relacional.

> O desenvolvimento sustentável é em essência uma abordagem baseada no mercado. A maior parte dos governos, indústrias e organizações internacionais são protagonistas deste 'desenvolvimento sustentável' orientado pelo mercado. Eles pensam basicamente que devemos re-focar os mercados e as inovações para que incorporem as responsabilidades pelo meio ambiente. As palavras–chave são: inovação rumo à tecnologia sustentável, responsabilidade social corporativa para as indústrias e tratados internacionais para o melhor gerenciamento do meio ambiente global (Dieleman, 2006, p. 121) [grifos do autor].

Em nossa visão, contrária a esse paradigma antropocêntrico, a sustentabilidade requer um pensamento múltiplo, apto a reconhecer a interdependência entre as espécies e a biodiversidade necessária para a manutenção da vida na Terra. Um olhar multiespécies solicita o entendimento de um "Antropoceno fragmentado, isto é, o terreno único e desigual da Terra perseguido pelo Homem" (Tsing, 2019, p. 204). Mas quem é esse personagem, o "Homem"? Erigido sob o ideal iluminista — disciplinado, autocentrado, detentor de uma etnia, um gênero e uma religião específicos —, ele é o criador da propriedade privada e o desbravador que, ao ocupar espaços ermos, pretende tornar a Terra "habitada". Como alerta Tsing (2019, p. 207): "[...] O Homem é um problema tanto por ser limitado quanto por agir em todos os lugares [...]".

Habitar ruínas não é meramente viver sobre elas. Habitar é compor relações coordenadas, sentir o transpirar das pedras, ouvir o gemer dos galhos, caminhar pelos rastros das formigas e suportar o césio que dominou o solo, transformando cogumelos em microesferas radioativas. Habitar é questionar, inquietar-se e construir novas habitabilidades, comprometendo-se com os seres que partilham o

Volume 2026
ISSN 2319-0868

mesmo território para, quem sabe, vivenciar "ressurgimentos de múltiplas espécies" (Tsing, 2019, p. 225).

> No final do século XX, a modernização extraiu grandes montantes da vida no planeta. Florestas tropicais haviam sido derrubadas e saqueadas, depauperando estes antigos ecossistemas permanentemente. Grandes represas silenciam os rios. Salinização e envenenamento químico ameaçam vastas áreas de terra arável. Espécies estavam desaparecendo em ritmo alarmante. Declínio e bancarrota assombravam florestas industriais, outrora vitrines de produtividade sustentável. A emergência de minas, descarte de produção industrial, ruínas de guerra e emissões radioativas, planejadas ou não, varreram com vento e água, cobrindo regiões inteiras (Tsing, 2018, p. 368).

Esse desencantamento, apresentado por Tsing (2019), pode nos conduzir a caminhos distintos: assumir a hecatombe planetária com indiferença; manter a apatia cotidiana vinculada à ignorância ambiental; ou agir, caminhando sobre a linha tênue entre desenvolvimento, sustentabilidade e educação ambiental. Diante de cada passo em desequilíbrio, cabe criar acrobacias que movimentem o pensamento em prol de um mundo multiespécies, um mundo que reconheça a interdependência entre os seres e exija um olhar artístico e filosófico.

Somos convidados a olhar com os olhos da sensação, dos desejos e a deixar a imaginação flutuar ao criar outras educações ambientais vinculadas à terra; a olhar para além das narrativas neoliberais de progresso e declínio, abrindo-nos ao espaço e dando visibilidade às formas de vida que emergem junto às ruínas. Vida que insurge nas fissuras do concreto rachado das avenidas, nas paredes dos arranha-céus, nos terrenos e praças abandonadas, perceber a vida que nos cerca no final de uma tarde cinzenta, encoberta pela fuligem da fumaça emitida por inúmeras surdinas de automóveis, chaminés de fábricas e incêndios criminosos. Interessa-nos seguir em frente, criar deslocamentos, produzir itinerâncias, aprender com outras espécies, conhecer suas vivências, distinguir novos e múltiplos arranjos sociais, criar e recriar sensibilidades interespécies. Escolher um lugar para começar (Tsing, 2019).

Por onde começar? Começar pelo meio, por alguma ramificação, um detalhe, um disparador de pensamento, um poema, um broto que se fissura nas lajes do concreto, na nuvem objetificada de Magritte? Os começos são díspares, distintos e

individuais; gostaríamos de começar pela arte, pela instabilidade, pela inquietação, participar de forma indireta, viver a dinâmica entre as espécies, compor novas estratégias de pensamento que não tenham como foco o humano capitalista, altruísta, autônomo, crítico, criativo, que vise a um mundo "mais humano". A educação ambiental que enfatiza o progresso como sinônimo de desenvolvimento e justifica a exploração da natureza como um "mal" necessário, de certa maneira, impede a ocorrência da dança ambiental na qual somos apenas um dos fragmentos constitutivos do ambiente. Importa desvincular-se das visões modernistas sobre natureza e abraçar os mundos "contestados e provisórios" dos quais fazemos parte, rompendo com a apatia e a indiferença para dançar a melodia da paisagem, sentir o som que emana da terra, o sussurrar das folhas em brotação, conversar com os rios em sua vibração.

A distinção entre Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável revela o funcionamento de uma engrenagem biopolítica sobre a população. Como apontam Henning e Ferraro (2022, p. 4):

> [...] a sustentabilidade se torna a chave para compreendermos a EA [Educação Ambiental] e a EDS [Educação para o Desenvolvimento Sustentável] como partes integrantes de uma problematização biopolítica a partir dos efeitos de seus enunciados discursivos sobre a população. Se na primeira, sua percepção está atrelada à ênfase das relações socioambientais e ao compromisso com a justiça social, exatamente porque incita um maior comprometimento com a transformação da sociedade por assumir-se como um ato político — no verdadeiro sentido da palavra. A segunda, se vincula à normalização de uma sustentabilidade compatível com a agenda capitalista da sociedade de consumo. Isto significa propor o *ambiental* associado aos espaços empresariais, econômicos, à ideia de que o atual modelo neoliberal pode ser *vendido* como sustentável [grifo dos autores].

Essa normalização de uma "sustentabilidade capitalista" funciona como uma máquina de produção de subjetividades, estabelecendo o que deve ser aceito como real ou natural. Afinal, como reforça Henning (2019, p. 764), "[...] não há uma verdade sobre o que é mesmo o sujeito, ou ainda, sobre o que é mesmo a natureza. Essas verdades, assumidas/fabricadas pelo mundo moderno, nos constituem enquanto sujeitos desse tempo".

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Envoltos por ruínas sociais, ambientais e educacionais, propomo-nos a compor um exercício de pensamento: analisar quatro propostas didático-pedagógicas que, em sua potência imagética, podem atuar como disparadoras de um pensamento ambiental ético e político. Esse pensamento busca dissociar-se da ótica da sustentabilidade alicerçada no modelo neoliberal e capitalista de desenvolvimento. Nesse entremeio, desejamos desenvolver reflexões sobre uma arte que se faz ambiental. Cabe ressaltar que a análise documental abrangeu tanto o livro do estudante quanto as orientações pedagógicas e complementações teórico-metodológicas destinadas ao docente no Manual do Professor (Coutinho et al., 2018), visando apreender como o material orienta a mediação das imagens e das temáticas ambientais em sala de aula.

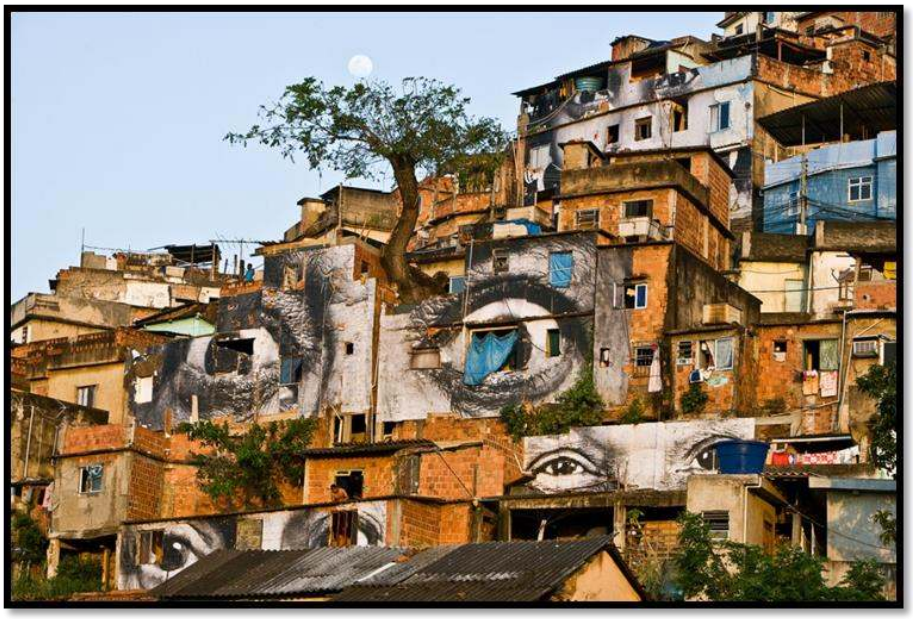
O presente estudo assumiu cinco eixos norteadores para a investigação e problematização das obras artísticas, articulando-os para pensar a educação ambiental, a saber: 1) o Antropocentrismo, que enfatiza a centralidade do ser humano como medida de todas as coisas, tomando-o como o único agente ativo na paisagem; 2) a Corresponsabilidade Individual, que investiga a presença de um discurso didático que responsabiliza individualmente o estudante pelos dilemas e soluções ambientais, minimizando as responsabilidades ético-políticas e estruturais; 3) a Dicotomia cidade/natureza, que estabelece uma separação binária entre os ambientes urbanos construídos e o meio natural, como se pertencessem a planetas distintos; 4) a Presença Multiespécie, que busca dar visibilidade à existência ou ausência de seres mais-que-humanos (plantas, fungos, bactérias) na composição das paisagens e ruínas; e 5) a Função Pedagógica da Imagem, que analisa se o recurso opera de modo apenas ilustrativo e asséptico ou se atua como dispositivo estético apto a problematizar e questionar as verdades inscritas nos discursos pedagógicos.

Onde está a arte na vida? desnaturalizar, deslocar, desconstruir, desmanchar

Essa escrita-vida traz um convite: habitar ruínas; um deslocamento: apreender a potência da arte que se faz ambiental; um desafio: analisar as visibilidades didáticas. Ao percorrer o Capítulo I, *Onde está a arte na vida?*, do livro da coleção *Se liga na Arte para o 6º ano do Ensino Fundamental* (Coutinho et al., 2018), optamos por analisar a Figura 1, que corresponde à abertura do capítulo e, em seguida, o recorte didático que retrata a seção *Arte ao redor*, cuja sugestão de trabalho versa sobre a paisagem urbana. A proposta de ver e viver a arte como

integrante da paisagem urbana provoca um deslocamento do pensamento de uma paisagem protagonista e multiespécies para uma paisagem transformada, cujos pontos articuladores entre o meio ambiente natural e as transformações culturais e físicas são as ações humanas. Nesse ínterim, a organização da proposta didática segue uma lógica: texto, imagem e questionamentos.

Figura 1 – 28 Millimeters – Women Are Heroes. JR (Jean René), 2008. Intervenção/Fotografia (Morro da Providência, Rio de Janeiro/RJ).



Fonte: Coutinho et al. (2018, p. 10).

A Figura 1 apresenta um detalhe da ação artística *28 Millimeters – Women Are Heroes*, realizada em 2008 pelo fotógrafo JR (Jean René) no Morro da Providência, Rio de Janeiro (RJ). Os questionamentos propostos aos estudantes focam na arte como objeto, convidando-os a observar o espaço que habitam e a paisagem que compõe o trajeto entre a casa e a escola. Todavia, nota-se a ausência de problematizações sobre a constituição ambiental, suas transformações, degradações e ruínas. O estudante não é desafiado a analisar os elementos da figura para perceber as brechas e lacunas onde a natureza cria bifurcações, dando vida a múltiplas espécies que passam a habitar um território outrora inóspito, composto por fragmentos de tijolo e concreto.

Dentre as questões propostas, podemos destacar: “1. A arte está presente em sua escola? 2. Há imagens artísticas ao seu redor? Quem as produziu?” (Coutinho

Volume 2026
ISSN 2319-0868

et al., 2018, p. 11). Esses questionamentos sugerem-nos um pensamento objetal, no qual a arte se torna asséptica, inquestionável, intocável, improvável, assim, praticamente inexistente, na medida em que não há problematização, tampouco um processo de leitura de imagens para a obra apresentada.

Cabe destacar um elemento que o livro didático não apresenta: Quem é o artista? Qual o impacto social produzido a partir de sua obra? Quem são as mulheres que configuram esses olhares? Qual o espaço social que o fotógrafo francês JR — Jean Réné — dá a ver a partir de seus "lambe-lambes"? O que a arte tem a dizer sobre as comunidades? Sobre a exploração do espaço, a densidade demográfica, a inexistência de saneamento básico? A arte, com sua capacidade de apresentar, criar e instigar o pensamento, pode ser um dispositivo de mudanças ambientais, colocando em evidência as ruínas humanas? A potência da arte também é de mudar a percepção das coisas.

As fotografias (lambe-lambes) que compõem o conjunto artístico da Figura 1 focam nos olhos das mulheres. Sua presença pode ser sentida de muito longe, quiçá do asfalto da rodovia que ladeia a comunidade e que, em sua arrogância maquinal associada à intensidade do fluxo de veículos, não percebe o morro e a vida que desabrocha por entre escombros e ruínas. Os olhares femininos pertencem a mulheres que perderam parte de suas vidas e de suas famílias para o tráfico de drogas e para a violência; nesse percurso, a arte não oferece respostas, mas desperta perguntas.

Mesmo que os lambe-lambes colados nas fachadas deem a ver o olhar humano em sua carnalidade, há relações mais-que-humanas que povoam o espaço comunitário da favela. Quais simbioses podemos viver nessa paisagem em ruínas? As raízes e os galhos das árvores, com suas bifurcações, formam linhas e tensionam novos espaços — encontros que independem do ser humano. Percorrem territórios instáveis, exploram ranhuras e rachaduras no concreto em busca da vida e de outros seres mais-que-humanos, alcançando novos lugares. Entre a borda dos tijolos, vestígios de concreto, resquícios de papel cobertos de tinta e registros da arte, quais vidas podemos encontrar? A vida social de plantas e fungos habita territórios e compõe socialidades. Nesses encontros, a vida humana é indispensável? Como afirma Tsing (2019, p. 128): "Agora que os humanos se

Volume 2026
ISSN 2319-0868

estabeleceram em todo o planeta, é difícil encontrar um lugar onde os seres humanos não sejam relevantes".

Ao continuar nosso percurso pelas propostas didáticas, reconhecemos que a textualidade referente à temática "Arte ao redor" é potente para pensar a arte e o ambiente, ao propor uma afinidade entre os elementos da natureza e a construção social e cultural; todavia, restringe esse pensamento ao ser humano, desconsiderando a interdependência entre as espécies.

> A arte pode também estar inspirada na paisagem do lugar onde crescemos. Quem foi criado longe das cidades reconhecerá mais facilmente as formas e texturas da natureza, os sons dos animais, do mar ou vento.
> Quem cresceu no meio urbano talvez estará familiarizado com uma variedade mais ampla de construção, além de outras referências, como o grande número de pessoas e veículos, o ritmo acelerado do dia a dia ou os grafites que dão seu colorido característico à arquitetura das cidades (Coutinho et al., 2018, p. 21).

A arte, como descrito no excerto, pode relacionar-se com a paisagem — mas de qual paisagem estamos falando? O viés antropocêntrico, que concebe a paisagem como um habitat preferencialmente humano, encontra respaldo no documento elaborado pela UNESCO (2005). Ao propor um plano de ações em prol da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o texto afirma que o elemento humano é fundamental e o desenvolvimento é imprescindível, desde que ocorra vinculado aos campos social e econômico.

Nessa lógica de desenvolvimento e progresso, qual seria o espaço para a criação e a vivência interespécies? Qual é o lugar das múltiplas espécies na promoção e no fortalecimento de encontros simbióticos? O documento descreve, ainda, uma necessária afinidade entre pessoas, sociedade e recursos naturais; contudo, cabe indagar: essa relação é, de fato, de interdependência, ou seria de consumo, expropriação e dominação?

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Figura 2 – Performance de Dança Urbana. Guilherme Nobre (Grupo Zumb.boys), [Ano]. Fotografia (Avenida Paulista, São Paulo/SP).



Fonte: Coutinho et al. (2018, p. 21).

Dando continuidade ao processo de análise da proposta didática, a figura 2 apresenta a fotografia de uma performance de Guilherme Nobre, integrante do grupo de dança urbana *Zumb.boys*, na Avenida Paulista, em São Paulo. A performance em análise propõe uma reflexão sobre a necessidade humana de possuir, de acumular, de consumir, de expropriar o meio que o circunda, em suma, de roubar.

A fotografia estática suprime o movimento da dança, sua intensidade e vibração, mas coloca em evidência o plano visual. Em primeiro plano, enfatiza-se a imagem do dançarino e sua sincronia com o espaço, provocando uma simbiose entre o corpo do artista e o asfalto que o sustenta — soerguido por apenas uma mão que toca o solo — em perfeito enquadramento com o grafite no prédio ao fundo.

O segundo plano da imagem apresenta três edifícios. O primeiro destaca-se pelo grafite vertical que retrata uma figura humano-robótica com um enorme coração vermelho no peito, ladeada por múltiplos animais que insurgem em multicores. À frente, há um prédio com uma escadaria e um hall de entrada com a porta aberta;

Volume 2026
ISSN 2319-0868

sua estrutura superior é composta por vidros quadrados distribuídos em perfeita simetria. O terceiro prédio, praticamente oculto atrás da construção grafitada, é uma estrutura sólida de concreto cinza. Entre os edifícios e o dançarino, diversos transeuntes mantêm o ritmo da vida cotidiana; o movimento de suas pernas descreve o caminhar de quem não detém o olhar sobre o que ocorre naquele espaço urbano.

O projeto da educação para o desenvolvimento sustentável e o processo de valorização econômica — associados à iminência de um cenário paisagístico composto por concreto, vidro, acrílico e pedras de calçamento — reduzem drasticamente a permeabilidade do solo. Essa configuração é aceitável e tida como necessária ao progresso humano quando o objetivo é submeter o espaço natural aos desejos antrópicos. Contudo, se pensarmos as ações humanas como estímulos à vida e às relações interespécies, cabe indagar: na Figura 2, quais espaços os seres mais-que-humanos ocupam? Quais impactos ambientais a construção de macrocidades e conglomerados habitacionais gera?

Como sugestão para o debate, o livro apresenta o seguinte questionamento: “E você, como vivencia e transforma o espaço ao seu redor? Como interage com o local em que mora?” (Coutinho et al., 2018 p. 21). Nota-se uma tentativa de instigar o estudante a refletir sobre seu meio socioambiental e analisar os lugares que ocupa. Todavia, ao questionar "como você transforma o espaço", a lógica da corresponsabilidade individual ganha respaldo, ecoando o discurso da "sociedade sustentável", que, por vezes, despolitiza as causas estruturais da crise ambiental.

Diante desse entremeio labiríntico de relações, pensar o ser humano como individualmente responsável pelas demandas e problemáticas ambientais é reduzir o papel da educação ambiental e promover uma educação para o desenvolvimento sustentável que toma como premissa o ideal desenvolvimentista. Os desafios ambientais não são questões simples e exigem atitudes coletivas. Como garantir a perdurabilidade do desenvolvimento e do crescimento econômico que apresentam sinais de esgotamento ambiental? De que forma reestruturar os sistemas biológicos e gerir o desenvolvimento?

Não nos aventuramos a responder a esses questionamentos, visto que existe muita ambiguidade e dissenso nesse campo teórico. Henning e Ferraro (2022) nos

Volume 2026
ISSN 2319-0868

instigam a pensar sobre as implicações da hipervalorização da educação para o desenvolvimento sustentável dissociada da crítica, da ação política, do movimento de contestação e problematização, sendo esses elementos associados à educação ambiental.

> [...] a EDS 'pisa em ovos' ao tentar escamotear uma ideia de um consumo que não abre mão de uma postura consumista, mas não quer transparecê-la, criando outros parâmetros para a sustentabilidade. Logo, se por um lado, o neoliberalismo como forma de racionalidade se consolidou como estratégia de captura e controle do sujeito, atribuindo a ele, mais do que a necessidade, mas o desejo do aperfeiçoamento e do controle constante; por outro, como sistema econômico, é imprescindível que seu modo de produção — assentado no sistema capitalista — consuma (Henning e Ferraro, 2022, p. 6) [grifo dos autores].

A problemática anunciada por Henning e Ferraro (2022) é desafiadora ao expor as limitações da educação para o desenvolvimento sustentável, que, transversalmente, acompanha as propostas didáticas em estudo. A cena seguinte que irrompe nas páginas didáticas é a Figura 3: uma fotografia da Escadaria Selarón, do artista Jorge Selarón, que nela trabalhou de 1994 a 2013. Trata-se de uma criação arquitetônica composta por mosaicos que liga dois bairros no Rio de Janeiro. Sua construção estendeu-se por 19 anos e compreende 215 degraus preenchidos com fragmentos de azulejos e pedras, compondo mosaicos de origem intercultural provenientes de diversas partes do mundo. Alguns fragmentos são peças doadas; outros, resíduos de demolição.

A obra visa interligar espaços para facilitar o deslocamento humano, mas sua estética — composta por cores, texturas e formas — expressa uma simbiose entre o ser humano e o espaço físico-natural. Nesse contexto, o âmbito artístico põe em evidência um espaço relacional entre concreto e vegetação, humanos e seres mais-que-humanos. Quantas espécies habitam esses degraus? Quais microbiologias e socialidades podemos encontrar nesse espaço de ligação? Existem conexões nacionais e internacionais entre as peças dos mosaicos que propiciam a invenção de outras paisagens? Os degraus são compostos por ruínas de qual tempo histórico? Em cada fragmento eternizado, é possível encontrar sentimentos, histórias e vida? As pedras que formam os mosaicos são vestígios de processos de

arruinamento ou apenas a evidência de uma vida moderna erigida sob a lógica do capital?

Educar ambientalmente abarca processos de reutilização e reaproveitamento, como proposto por Selarón em sua escadaria, mas envolve também o tensionamento de lógicas que evidenciam a necessidade humana de dominar a natureza segundo interesses estéticos e funcionais. A obra suscita questionamentos pedagógicos: se nesse espaço não houvesse a construção arquitetônica, quem o habitaria? Seria um terreno de ressurgência para árvores, fungos e húmus, ou um local inerte, devastado por esgotos e resíduos? Embora o livro didático convide o estudante a trilhar seus percursos de maneira mais lenta e observadora, criando sentidos com o lugar, o foco permanece restrito ao ser humano, que assume solitariamente a corresponsabilidade pelo meio modificado. Diante disso, cabe a nós, educadoras, exercitar o ver o "não visto" e o pensar o "não pensado", vivenciando a arte como uma ação ambiental que denuncia a ausência e, ao mesmo tempo, evidencia a vida multiespécies imersa nos processos de criação e ruína dessa obra.

Figura 3 – Escadaria Selarón. Jorge Selarón, 1994–2013. Mosaico arquitetônico (Rio de Janeiro/RJ).



Fonte: Coutinho et al. (2018, p. 22).

Deixar-se atravessar pelas imagens é um dos desafios postos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual expressa, em seus pilares, que a arte deve valorizar o processo de leitura de imagens (Brasil, 2018). Todavia, esse fator

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

não é devidamente enfatizado nas atividades do livro didático em análise. A ênfase recai sobre o espaço como mero suporte artístico para a transformação da paisagem, secundarizando a dimensão política e sensível das obras em prol de questionamentos genéricos que atenuam os dilemas estruturais. Ao investigar a potência da dança como forma de intervir e ocupar áreas urbanas, o material limita-se a instigar a corresponsabilidade individual do estudante, fazendo com que o território geográfico se converta no palco de uma paisagem essencialmente humano-concreta, impermeável às dinâmicas e aos conflitos socioambientais.

Não se evidencia um viés político ou questionador nas orientações que guiam a ação docente. Por outro lado, cada uma das obras analisadas conduz a processos de pensamento que revelam uma arte apta a transformar o meio social e a demover o ser humano de sua postura solitária, apática e desinteressada, inserindo-o em espaços anteriormente desprovidos de intenção estética que, por meio da arte, foram ressignificados.

A última obra em estudo é do artista René Magritte, cujas obras instigam a imaginação. Por intermédio de uma paródia artística, cria um “céu mobiliado” formado por nuvens que atravessam a vidraça (Ingold, 2012). O que são nuvens? Objetos de um mobiliário? Intumescência de vapores? Ver as nuvens é observar um céu em formação e este céu torna-se condição à vida humana? Eis a chamada didática: “Paisagem na janela”.

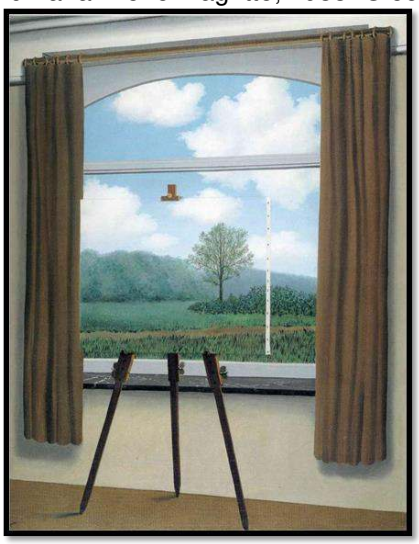
> Até a paisagem que você vê da janela no seu quarto constitui uma referência visual. O que você observa por ela? Vê a cidade ou à natureza? E a janela também nos traz outras informações: Quais sons você escuta do seu quarto? Como é a luz que entra por lá? O que o mundo de fora traz para você? (Coutinho et al., 2018, p. 23).

Existe uma dicotomia entre cidade e natureza, como se fossem elementos dissociados da paisagem. Quais são os elementos ambientais que se fazem cidade? Qual discurso ambiental está presente nessa provocação aos estudantes? Como olhamos através de nossa janela? Nosso olhar não é neutro, tampouco individual; nossa existência é composta por multiplicidades, interferências, pontos de vista, conhecimentos e experiências; se não há neutralidade, o que vemos quando olhamos pela janela de Magritte?

René Magritte (1898-1967), artista integrante do movimento Surrealista, cuja obra nos provoca a romper com o privilégio da razão, das certezas e da verdade, a ponto de provocar outras maneiras de viver e ver a arte, os sonhos e os pensamentos. A obra presente no material didático é um desafio à compreensão, intitulada, em tradução livre, *A condição humana*. Um título sutil e, ao mesmo tempo, inquietante. Qual a pretensão do artista ao compor um jogo entre "representação" e "realidade"? É uma pintura a óleo ou o ato de retratar uma paisagem vista pela janela? O que a imagem nos convida a ver? Um céu azul com nuvens brancas, arbustos elevados e uma árvore em segundo plano; em primeiro plano, o varão de cortina, com as cortinas afastadas em par, ladeando a extremidade direita e esquerda da tela/janela, bem como as pernas de um cavalete de pintura que sobressai sobre o chão do ateliê/sala, e nos desafia a olhar novamente. O que vemos? Quais possíveis encontros ambientais/humanos/multiespécies são fomentados por essa pintura? O que, de fato, é a condição humana? O ato de representar? De se apropriar do espaço e tentar dominá-lo, enquadrá-lo em uma moldura e torná-lo estéril? O ato de pensar, problematizar e criar multiplicidades?

Didaticamente, não são propostos questionamentos nem um estudo da imagem; é inserido, em seguida, o poema "Paisagem da janela", de modo a relacionar o mundo dos sonhos ao mundo real. Nesse ínterim, a imagem assume o papel de ilustração.

Figura 4 – A Condição Humana. René Magritte, 1933. Óleo sobre tela, 100 x 81 cm.



Fonte: Coutinho et al. (2018, p. 23).

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Política, arte e ambiente são elementos interdependentes quando se aposta na multiplicidade, na diferença e no pensamento. Magritte (1933), em sua obra *A condição humana*, torna possível pensar as relações humanas e mais-que-humanas a partir de um contexto de desafios, inconstâncias e transformações. A obra exige de cada um de nós um olhar não moralizante — livre de valores e comportamentos enraizados —, por outro lado, uma atitude que afirma a diferença como potência à vida e à criação. Tal postura destoa das premissas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável que, em suas metas, aposta na educação como a "[...] melhor oportunidade de promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige" (Unesco, 2005, p. 43). De fato, essa aceitação de um modelo de pensamento uniforme encontra respaldo nas propostas didáticas quando a "paisagem da janela" é apresentada apenas como um espaço para ver o "típico", o "natural" e o "verdadeiro", alavancada por um ideal uno e universal.

As imagens fazem-nos pensar nas relações políticas que a arte estabelece e nos dilemas da constituição do ser humano ambiental. Arte e ambiente são indissociáveis da vida e enredam-se na tentativa de retratar, deflagrar, questionar e ampliar a compreensão do mundo. O plano artístico-ambiental é incerto: um terreno deslizante e delicado que articula uma linha tênue entre os seres e sua multiplicidade multiespécie.

Por fim, a insistência de pensar a arte em ruínas

A aposta cega na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) revela a tentativa de harmonizar o inconciliável: a preservação dos ecossistemas e a continuidade da racionalidade capitalista de consumo. Sob a justificativa de preparar o sujeito para o futuro, a EDS atua como uma engrenagem biopolítica que "pisa em ovos" (Henning e Ferraro, 2022) ao silenciar as determinações históricas da degradação ambiental, promovendo uma pedagogia baseada no treinamento e no disciplinamento individual em detrimento da ação coletiva e contra-hegemônica. Essa abordagem dilui a densidade política construída no campo da Educação Ambiental, transformando a crise civilizatória em uma lista de adequações funcionais

Volume 2026
ISSN 2319-0868

que visam gerir os destroços do capital sem jamais colocar em xeque o modelo desenvolvimentista que os produziu.

Ao analisar o percurso que realizamos, vale destacar que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável enfatiza o dividir, o separar, o fragmentar e o valorizar do campo capitalista e das nuances de uma sociedade erigida sob a ótica do consumo. Diante desses deslizes pedagógicos, importa criar fissuras em uma educação que perpetua a assepsia de imagens utilizadas apenas como ilustrações, rompendo com as certezas pedagógicas que reproduzem questões genéricas e não instituem um olhar centrado na Terra e nos desafios da vida em confluência multiespécies. Afinal, desenvolver é separar, fragmentar e impedir a criação. Nesse sentido, a análise da obra 28 Millimeters – Women Are Heroes (JR, 2008) traz como ponto de ênfase um convite à observação do espaço cotidiano com foco no objeto artístico, destacando olhares que fazem emergir as marcas de uma vida esquecida em meio à miserabilidade social. Contudo, no processo analítico apresentado pelo livro, é perceptível o antropocentrismo articulado à função meramente ilustrativa da imagem. Devido à ausência de reflexão sobre a degradação e o contexto socioambiental, o material deixa de produzir um viés de investigação e crítica capaz de valorizar a vida que brota nos escombros do Morro da Providência, onde plantas e microrganismos fissuram o concreto.

Seguindo essa linha de raciocínio, a dança urbana interpretada por Guilherme Nobre, do grupo Zumb.boys, enfatiza a individualidade de cada estudante como corresponsável pelos desafios e dilemas sociais e ambientais, ao indagar de que modo cada sujeito transforma, vive e percebe o espaço ao redor. Esse sistema de corresponsabilidade individual despolitiza as causas estruturais que geram os problemas ambientais — os quais assolam a humanidade e se apresentam cada vez mais recorrentes e desafiadores. Entretanto, em um estudo sistemático da imagem, compreende-se que o corpo do artista em simbiose com o asfalto e a arte urbana tensiona a impermeabilização do solo e a expropriação da cidade.

Por sua vez, ao abordar a Escadaria Selarón, o livro didático destaca quão belo é caminhar por entre os diversos degraus que apresentam narrativas artísticas e contam histórias de quase duas décadas de construção, propondo um deslocamento lento, observador e cuidadoso. Todavia, o antropocentrismo e a

Volume 2026
ISSN 2319-0868

centralidade humana fazem com que esse espaço de vida-arte seja pensado como algo restrito ao ser humano e às suas múltiplas ações. Ainda assim, entre as ruínas que habitamos, a obra revela-se como um mosaico de formas e cores que podem, sob um olhar mais atento e destoante do viés didático tradicional, constituir-se como um espaço relacional e microecológico entre concreto, vegetação e organismos mais-que-humanos.

Por fim, a última obra presente nessa proposta didática é icônica, de autoria de um artista com marcante representatividade no século XX, porém explorada de maneira superficial e ambígua. Nessa abordagem, a ênfase não recai na imagem de René Magritte ou em seu questionamento acerca da Condição Humana como simulacro da vida; em vez disso, o material didático foca em um poema que estabelece uma analogia dicotômica entre cidade e natureza, como se tudo o que existe neste mundo não fosse natureza. Vale destacar, contudo, que a ilusão da janela presente na tela de Magritte desafia as verdades absolutas e o desejo moderno de dominar e enquadrar a natureza em molduras estéreis. Trata-se, portanto, de uma obra rica em um fluxo de problematização capaz de tensionar a EDS, a qual assume o capital como premissa social e desconsidera a vida em sua instabilidade, mutabilidade e expressividade.

A arte que se faz ambiental é um exercício contínuo de habitar ruínas e tecer relações entre múltiplas espécies, operando em fluxos efervescentes que desafiam as verdades de um mundo focado na exploração e no progresso. Romper com a lógica ingênua da "conscientização" significa questionar a formação de sujeitos aptos apenas a gerir o capital em uma roupagem sustentável. Entre o gesto individual de separar o lixo e o imperativo de manter a máquina de consumo em funcionamento, a arte emerge como dispositivo estratégico: ela tensiona o olhar, instiga o pensamento e abre brechas para uma inventividade multiespécies.

Ao evocarmos a janela de Magritte ou os degraus da Escadaria Selarón, percebemos que a imagem possui uma força imaginativa capaz de desafiar as pedagogias didaticamente cristalizadas. Enquanto os manuais didáticos frequentemente reduzem a paisagem a uma representação estática ou a um modelo ideal de sociedade, o encontro estético revela a vida que pulsa nos interstícios. Há algo de inapreensível no silêncio das imagens que grita contra a normatização: a

presença de fungos, líquens e bactérias que habitam os fragmentos orgânicos e os escombros urbanos recorda-nos que as ruínas não são o fim, mas o alicerce de socialidades mais-que-humanas que resistem à invisibilização.

Nesse caminho de incertezas, compreendemos que uma Educação Ambiental potente deve abandonar a pretensão de verdades universais e de certezas pedagógicas. Habitar as ruínas do Antropoceno exige a coragem de tensionar currículos e resistir à domesticação dos saberes ambientais. Acreditamos na potência de novos territórios nos quais a cultura, o meio ambiente e a estética se entrelaçam, provocando outras educações que não se subjuguem ao desejo de criar modelos prescritivos, mas que apostem na multiplicidade e na interdependência radical que torna possível a vida na Terra.

Por fim, evidenciamos que, embora as imagens presentes nos livros didáticos funcionem como disparadores, elas são frequentemente sufocadas por questionamentos genéricos e visões antropocêntricas. Cabe ao docente, portanto, agir como agente mapeador dessas rupturas, criando estratégias que devolvam às imagens e aos estudantes o protagonismo do sensível. Viver a imagem didática pode ser, assim, um convite para romper com a textualidade normativa do desenvolvimento sustentável e mergulhar em uma investigação ética e política, transformando o fazer pedagógico em um ato de cuidado e resistência em meio às paisagens fragmentadas que compartilhamos.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o Neoliberalismo de Subjetividades Precárias: incidências na escola pública brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 935-956, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54579. Acesso em: 28 jan. 2026.

COUTINHO, Rejane Galvão; FUSCALDO, Arthur Iraçu Amaral; BRONIZESKI, Camila; COUTINHO, Christiane; PIMENTEL, Luiz. **Se liga na Arte.** 6º ano: ensino fundamental, anos finais. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

REVISTA DA FUNDARTE

DIELEMAN, Hans. Sustentabilidade como inspiração para a arte: um pouco de teoria e uma galeria de exemplos. **Caderno Videobrasil 02**: Arte Mobilidade e Sustentabilidade. Associação Cultural Videobrasil, n.2, São Paulo, 2006.

HENNING, Paula Corrêa. Verdades Educacionais no Brasil e na Espanha: tensionamentos ambientais sob análise. In: **Educação Temática Digital – ETD.** Campinas/SP, v.21, n.3, jul./set. 2019. p. 674-694. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8651555. Acesso em: 28 jan. 2026.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís Schifino. As lutas políticas da Educação Ambiental nas Universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, e22028, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/GWG5RxXZjphFRcwhbL8zShF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 jan. 2026.

INGOLD, Tim. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./ jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?lang=pt. Acesso em: 28 jan. 2026.

TSING, Anna Lowenhaupt. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). Traduzido por Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, n. 30, p. 366-382, Jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13315. Acesso em: 28 jan. 2026.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Ed. Thiago Mota Cardoso; Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

.

REVISTA DA FUNDARTE

Arte | Educação | Performance
Filosofia | História | Interdisciplinar | Linguística | Literatura

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Recebido em:12/06/2026.
Aceito em: 16/10/2026.
Editor responsável: Júlia Maria Hummes.

Nome do Autor: Jésica Hencke
Minibiografia: Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestra em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Mestra em Educação e Tecnologias pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul - Campus Pelotas). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS/2005) e em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem experiência docente na rede pública estadual e municipal, com ênfase em alfabetização, artes visuais e Educação Especial (Atendimento Educacional Especializado - Sala de Recursos Multifuncionais). Atuou como professora substituta nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais da FURG (2018-2019). Desenvolve pesquisas e projetos na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos temas: corpo, artes visuais, currículo, experiência, educação e educação ambiental.
E-mail: jesicahencke@gmail.com

Nome do Autor: Paula Corrêa Henning
Minibiografia: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Pelotas (2000), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2003 Bolsista CAPES), Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008 Bolsista CAPES) e Pós-Doutorado em Filosofia pela Univeridad de Murcia/Espanha (2017 Estágio Sênior Capes). Atualmente é Professora Titular; pesquisadora do Instituto de Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É vice-coordenadora do PPG Educação da FURG (2025-2027). Membro do Comitê Assessor da FAPERGS. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ciências Humanas, Educação Ambiental, Escola e Filosofia, Estudos Foucaultianos e Filosofia da Ciência. É editora associada da revista Educação Realidade (UFRGS), líder do Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia (GEECAF/FURG) e Bolsista Produtividade 1D do CNPq.
E-mail: paula.c.henning@gmail.com

CC BY

HENCKE, Jésica; HENNING, Paula Corrêa. EM MEIO À PERTURBAÇÃO, COMO HABITAR RUÍNAS? DESLOCAMENTOS, DESCONSTRUÇÕES E PENSAMENTOS AMBIENTAIS E SUSTENTÁVEIS. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 68, e1973, Ano 2026.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE